



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 24 - Nº 470 - DE 09 A 23 DE FEVEREIRO DE 2014 - R\$ 3,00

Viva o 6º Congresso do MST!

**Pela revolução agrária!
Os camponeses somente
terão acesso à terra e
deixarão de ser expulsos
de suas glebas quando
os latifundiários e os
capitalistas da agroindústria
forem expropriados por
um movimento revolucionário.**



**Governos reprimem manifestações
com violência e preparam mais:**

**Abaixo a Copa milionária dos
capitalistas e de seus governos**



**A autodeterminação da Ucrânia somente
será garantida com o proletariado no poder**

Oposição revolucionária a Dilma

Política Operária

Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e de seus governos

Os trabalhadores e a juventude brasileiros são conhecidos por gostar de futebol. Com a Copa, os governos procuram atrair a população para as festividades. Procuram criar um sentimento de patriotismo. Procuram uma união nacional como se todos os brasileiros fossem iguais. É como se desaparecessem as fronteiras entre os ricos e os pobres. Entre as favelas e as mansões. Esse é sentido da utilização dos esportes pela burguesia e seus governos.

Desta vez, o gigantesco movimento de junho levantou a bandeira nas ruas de defesa da vida dos explorados e contra os desperdícios de recursos públicos. Os manifestantes expressaram o descontentamento dos pobres e oprimidos contra a precariedade da saúde, da educação, da falta de moradia e da elevação do custo de vida. Rechaçar a Copa milionária dos ricos foi a forma que a juventude oprimida e camadas da população encontraram para condenar a política social dos governos e exigir melhorias em suas condições de existência.

O governo gasta bilhões de reais em obras faraônicas para atender às exigências da FIFA e dos turistas. Enquanto as empreiteiras são beneficiadas com os tais dos aditivos de contratos, envolvendo bilhões de reais, os operários são massacrados com terríveis condições de trabalho. As construções dos estádios foram regadas a sangue e suor dos trabalhadores. As greves nas obras da Copa retrataram a situação de opressão. Os protestos dos moradores que tiveram suas casas desapropriadas para as obras expuseram a violência do Estado, em favor dos interesses econômicos dos exploradores.

O governo preparou a mais violenta repressão para conter as manifestações que inviabilizem a festa dos ricos. O PLS 728, em andamento no Senado, é uma lei de exceção que corresponde a uma situação de “segurança nacional” contra as massas em luta. O governo de Dilma está disposto a assegurar a qualquer custo o êxito da Copa. A lei antigreve é reforçada. Cria-se uma legislação para o que se denomina “crime de terrorismo”.

Desde o início deste ano, organizam-se protestos. Foram brutalmente reprimidos pela polícia. Os tiros a queima-roupa da PM em São Paulo contra o manifestante Fabricio e os espancamentos mostram a orientação governamental de conter a qualquer preço um novo levante como o de junho.

O movimento ganhou o nome de “Não vai ter Copa”. O que causou ira na burguesia e nos seus meios de comunicação. Os interesses econômicos e políticos de seus planejadores e de seus executores vão além das fronteiras brasileiras. A FIFA – controlada por um bando de mafiosos – aguarda bilhões de dólares. Dizer que não vai ter Copa é desafiar o poder econômico. Embora a bandeira seja propagandística, mostrou à população que se deve rejeitar as megalomanias burguesas às custas da exploração do trabalho.

O problema está em organizar um movimento que levante as bandeiras dos explorados. É preciso afastar os interesses eleitorais. É sabido que a oposição conta com o desgaste político de Dilma Rousseff. Não faltam vozes à direita contra o chamado mau planejamento e gastos excessivos com a Copa. Mas também é sabido que o êxito das festividades esportivas servirá eleitoralmente ao governo do PT. Os explorados devem rechaçar ambos interesses e não serem arrastados pelas disputas interburguesas. Assim, o movimento tem de levantar a bandeira “**Abaixo a Copa milionária dos capitalistas e de seus governos**”. E erguer bem alto as reivindicações que unificam a classe operária, os camponeses pobres, a classe média arruinada e a juventude oprimida. É preciso dar um caráter classista e independente ao movimento contra a Copa.

Será levantando as reivindicações concretas das massas que organizaremos o movimento contra a Copa com a democracia operária: fortalecer as assembleias de base e constituir um comando geral de mobilização que expresse as discussões e decisões das bases nas manifestações de rua.

A luta contra a Copa dos capitalistas e de seus governos tem de empunhar um plano de reivindicações, defendido com o método da ação direta e unidade dos explorados na luta.

Trabalhadores e juventude oprimida, o POR se empenha em organizar o movimento “Não vai ter Copa”, defendendo um caráter classista e as suas reivindicações:

- Por um salário Mínimo Vital (em nossos cálculos, pelo menos 4 mil reais), reajustado automaticamente de acordo com a inflação (escala móvel de reajuste);
- Pela garantia de emprego a todos! Estabilidade no emprego, divisão das horas nacionais de trabalho entre todos os aptos ao trabalho, sem redução salarial (escala móvel de horas de trabalho). Fim das terceirizações e toda forma de precarização do trabalho;
- Pela garantia de moradia! Casas para os que necessitam. Fim dos despejos. Fim da violência policial contra os ocupantes;
- Pela saúde pública e gratuita a todos. Expropriação e estatização da rede privada e controle operário. Por um sistema de saúde único, estatal e gratuito, sob o controle operário;
- Pela educação pública e gratuita a todos em todos os níveis. Estatização de toda rede privada. Por um sistema único, público e gratuito, sob o controle de quem estuda e trabalha;
- Atendimento imediato das reivindicações dos camponeses pobres e das populações indígenas;
- Fim das chacinas policiais contra pobres e negros. Desmantelamento da polícia militar e constituição de uma milícia popular, controlada pelos explorados.

Trabalhadores e juventude oprimida, ganhem as ruas. Empunhem as reivindicações que defendam nossas vidas. E conquistemos a soberania dos explorados com os métodos de luta da classe operária.

Indicadores da crise econômica no Brasil

Chamou a atenção o déficit na balança comercial, em janeiro. As exportações atingiram US\$ 16,03 bilhões e as importações, US\$ 20,08 bilhões. A diferença de US\$ 4,06 bilhões foi considerada como o “pior resultado mensal da história”. A inversão de superávit para déficit indica as tremendas pressões para o País aumentar suas importações, quando as exportações caem.

As ações do governo para sustentar positivamente o mercado interno não encontram contrapartida no mercado mundial. As potências precisam sustentar suas exportações e ao mesmo tempo limitar as importações.

Os países ditos emergentes (subordinados às potências) já não se apresentam como muro de arrimo às tendências recessivas que tomaram corpo desde a eclosão da crise em 2008. China, Índia, Rússia, África, Turquia, etc. se desaceleraram e continuam em descenso.

Os países dependentes de exportação de matérias primas e produtos agropecuários, como o Brasil, se encontram em dificuldades. Não podem sustentar uma combinação de queda no volume e nos valores das exportações de bens primários e de manufaturados.

A pauta de exportações brasileiras em janeiro mostrou que os manufaturados e semimanufaturados foram negativos (-2,6% e -5,8%, respectivamente) e os produtos primários, positivos (5,3%). Nota-se a gravidade do desequilíbrio. As vendas de produtos primários já não avançam em altos patamares e a de manufaturados e semimanufaturados caem vertiginosamente. Mesmo que seja um mês excepcionalmente adverso à balança comercial do Brasil, está indicando uma tendência.

Os Estados Unidos tiveram uma pequena recupera-

ção e a Europa Ocidental deu um pequeno passo anti-recessivo. Nada que permita afirmar que as potências estão saindo da crise de superprodução e de parasitismo financeiro. É sintomático que a burguesia avalie como alvissareira a situação dos Estados Unidos e Europa Ocidental. O mesmo não se pode dizer dos países “emergentes” (semicoloniais que alcançaram um nível de industrialização).

As potências estão colhendo frutos fora de estação. A crise de superprodução não foi vencida. A quebra de forças produtivas tem sido considerável. Basta verificar o aumento do número mundial de desempregados. Milhões de postos de trabalho foram eliminados e outros milhões deixaram de ser criados. Deve-se acrescentar a precarização do trabalho (redução da jornada, reduzindo os salários). O aumento da pobreza e da miséria entre as massas em razão do aumento do desemprego reforça que houve enorme destruição de forças produtivas. Mas insuficiente, considerando a dimensão da crise de superprodução.

Sem que se recorra à barbárie (destruição de riquezas criadas e vidas humanas) – como o que ocorreu nas duas guerras mundiais – o capitalismo não terá como estabelecer um novo ciclo econômico. Evidentemente, trata-se de uma conclusão histórica. A burguesia tem como agir para incentivar as forças produtivas localizada e pontualmente. Há um continente africano a explorar. Há campo para disputas na Ásia, etc. Há como avançar as guerras circunscritas. Mas não é viável superar a crise de superprodução mundial sem uma destruição maciça de forças produtivas.

Contribua com o POR adquirindo o Programa

O POR inicia este mês uma campanha de divulgação de seu programa. Realizará palestras, debates e outras atividades pelo país. Informe-se com o distribuidor deste jornal.



O que tem a ver essa caracterização geral da crise com seus reflexos no Brasil? Tomada em perspectiva, nos dá a previsão de que o País sofrerá intensamente com o processo de retração das forças produtivas mundiais. O fato de ter pouca participação no mercado internacional não o livrará das consequências dos impasses que perpassam as grandes economias. O seu mercado interno que cresceu nas últimas décadas se mostra limitado. Sofre tremenda pressão do mercado internacional. De um lado, tem de se abrir ainda mais para as importações. De outro, enfrenta poderosos obstáculos a suas exportações. A crise de produção potencia essa contradição.

Como se vê, o problema fundamental está na contenção da capacidade interna. As suas forças produtivas se encontram em grande medida cerceadas pelas fronteiras nacionais. Como parte indissolúvel das forças produtivas mundiais, expressa internamente a contradição destas com as relações capitalistas de produção, cuja forma predominante é a do monopólio.

A burguesia brasileira tem pela frente um grande problema. A volta do crescimento do País nos patamares médios do período de Lula (4,5%) depende em grande medida de que o mercado mundial tenha uma nova alta. O que não parece factível em um futuro próximo.

É sobre a base das forças produtivas mundiais que se manifestam os desequilíbrios nacionais. Emergem e se mostram ativas as travas que limitam o desenvolvimento do capitalismo no país semicolonial. Entre elas, destacam-se o controle monopolista da indústria e a gigantesca dívida do Tesouro Nacional.

Estão sob a responsabilidade das multinacionais os investimentos maiores ou menores na produção. Estas impulsionam as forças produtivas conforme a situação mundial e as possibilidades do mercado interno. Mas acabam pondo freios no desenvolvimento nacional. Os capitalistas nacionais, por sua vez, se acham condicionados pelo movimento do capital imperialista. E o Estado é pressionado a intervir em favor dos monopólios. É o que ocorre com os bilionários subsídios do Tesouro às multinacionais.

Resulta que os fabulosos recursos agravam a dívida interna. A burguesia acusa o déficit da Previdência, culpa o aumento real do salário mínimo, os gastos com assentamentos agrários e veladamente o assistencialismo. As massas que trabalham de sol a sol acabam sendo responsabilizadas pela crise do capitalismo, pelo crescimento da dívida, pela falta de competitividade da indústria, etc.

O Tesouro gastou com o serviço da dívida R\$ 249 bilhões. De tudo produzido em um ano, 5,18% são drenados para os credores. No governo Lula, se traçou a

diretriz de redução do montante da dívida. Chegou-se a quitar com o FMI e o Clube de Paris a dívida (uma pequeníssima parte do total). Lula se orgulhou de que o Brasil passou de devedor do FMI a prestador. A festa acabou ao amanhecer.

Dilma está diante do dilema de alcançar o superávit primário exigido pelos credores. Deveria ter economizado 3,1% do PIB, conseguiu 1,9%. Não há como o governo economizar o suficiente para pagar integralmente os juros. Cobre a falta com a entrada de recursos externos. Se o superávit primário é menor, maior deve ser a entrada de dólares no Brasil. Essa equação ameaça não fechar.

Nota-se que os desequilíbrios não cabem mais dentro da política econômica do governo. O déficit em conta corrente se elevou para US\$ 78 bilhões (3,5% do PIB). A escassez de dólares desvalorizou o Real. Esse é um processo em andamento. Enfim, a burguesia e a oposição cobram de Dilma que faça reformas para garantir os interesses dos credores e ter sobras orçamentárias para os investimentos estatais.

Tudo indica que 2014 também será um ano de baixo crescimento. As previsões são de que o Banco Central manterá em alta as taxas básicas de juros (Selic). Justificam-nas com as pressões inflacionárias e com a falta de confiança dos investidores internacionais no Brasil. O fato é que os países semicoloniais devedores estão sujeitos a ataques especulativos.

Bastou uma pequena recuperação dos Estados Unidos e o prenúncio de que poderão voltar a taxas positivas de juros para os poderosos fundos e credores se movimentarem no sentido de auferirem maiores ganhos. Os países devedores e deficitários em suas contas correntes acabaram elevando suas taxas de juros. Concorrem entre si para manter e atrair o capital parasitário. É uma evidência de como o capital financeiro submete as semicolônias e descarrega a crise sobre elas. O Brasil se encontra nesta situação.

É necessário alertar a classe operária e os demais explorados para o desenvolvimento da crise. A burocracia sindical da CUT fantasia a realidade com a propaganda governamental de que o governo está enfrentado bem a crise e que não há o que temer. Ao contrário, mostramos que os fatores em desequilíbrio estão mudando com mais rapidez de posição. Não desconsideramos as possibilidades de intervenção estatal para alterar o rumo e o ritmo dos desarranjos. Mas o sentido geral da destruição de forças produtivas permanece. A luta pelo emprego que parecia superada será um embates mais duros que a classe operária terá de enfrentar.

Congresso do MST

Esperamos ter feito um resumo fiel do “Programa Agrário do MST – Lutar, construir a Reforma Agrária Popular”, que será discutido no 6º congresso do MST, nos dias 10 a 14 de fevereiro. A nossa divergência é de ordem estratégica. O que necessariamente também é de ordem tática. Não temos dúvida de que o congresso do MST é o acontecimento mais importante da luta camponesa no Brasil. A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Con-tag) também faz seus congressos, mas extremamente burocráticos e desvinculados da luta de classes. O MST, por ainda dirigir ocupações, expressa vivamente as contradições programáticas, políticas e organizativas do movimento camponês. Deve ser do interesse da classe operária e da militância em geral o resultado do 6º congresso. No Jornal Massas anterior, nº 469, publicamos uma crítica a uma entrevista de João Pedro Stédile à Associação Brasileira de Imprensa. Nesse número, publicamos o resumo do programa e um manifesto do POR dirigido ao 6º congresso. Em poucas palavras, rechaçamos a conclusão de que se trata de opor ao “modelo” de produção agrária capitalista, agroindustrial, agroexportador e de monocultura o “modelo” de agricultura camponesa agroecológica. Os redatores do programa para o 6º congresso falseiam com a suposta possibilidade de rivalizar dois “modelos” no âmbito do capitalismo, de forma a apresentar a agricultura agroecológica como alternativa de produção de alimentos livres do controle das multinacionais. Não se trata de modelos, mas da penetração e ampliação das relações capitalistas de produção no campo, chefiadas pelo grande capital nacional e internacional. Caso o congresso tivesse diante de si um programa que partisse desse fundamento, certamente discutiria não a “reforma agrária popular”, mas sim a revolução agrária. Estão maduras as condições para o proletariado e o campesinato constituírem uma unidade para expropriar a grande propriedade capitalista, transformá-la em propriedade social e nacionalizar todas as terras de forma que os camponeses tenham acesso à terra e possam se convencer de que as novas relações de produção socialistas são mais avançadas e capazes de acabar com as diferenças de classe. Esse é a raiz da nossa divergência com o programa abaixo resumido. Observação: os títulos que antecedem os pontos do resumo foram dados por nós, a exceção do título “desafios”.

Programa Agrário do MST: Reforma Agrária Popular

Fundamentos

1. “Na década de 80, com a redemocratização política, a crise cíclica do capitalismo e o ressurgimento da luta pela terra, levantou-se novamente a luta pela reforma agrária. O programa do MST, desse período, se inseria nos pressupostos de uma reforma agrária burguesa. No período de 84-92, com a expansão do MST, o movimento soube im-

por a luta pela reforma agrária e aproveitar as contradições internas dentro do bloco dominante. Interessava à burguesia industrial incorporar a massa camponesa sem terra às terras ociosas, mantidas sob o domínio do latifúndio. Porém, na segunda metade da década de 80, as forças conservadoras do latifúndio se reorganizaram (UDR, bancada parlamentar).

3. A ofensiva neoliberal sobre a agricultura, iniciada no governo FHC, se consolidou na década de 2000, implantando um novo modelo de agricultura. Um novo modelo de dominação do capital no campo para atender ao mercado externo. É o modelo dos fazendeiros capitalistas em aliança com o capital internacional e financeiro.
3. Com esse modelo, a burguesia, o Estado e os governos assumem plenamente a posição política de que não é mais necessária uma reforma agrária burguesa para o desenvolvimento das forças produtivas na agricultura. As terras improdutivas, que antes eram destinadas à reforma agrária, agora são disputadas pelo agro-negócio.
4. Há, portanto, uma disputa de modelos de agricultura. O dos camponeses e do agronegócio. Este passa a combater a reforma agrária, até mesmo a versão clássica burguesa e os movimentos do campo pela terra. Esse modelo agrícola do agronegócio subordinado ao capital internacional foi potencializado a partir da crise mundial de 2008.
5. Na atualidade, a luta pela terra e pela reforma agrária mudou de natureza, frente a esse novo modelo agrícola. Não há espaço para a reforma agrária burguesa ou por forças nacionalistas.

O significado da Reforma Agrária Popular

1. O novo projeto de reforma agrária popular não se trata de uma reforma agrária clássica, que apenas divida a propriedade da terra e integre os camponeses como fornecedores de alimentos e matérias-primas.
2. O programa de reforma agrária popular visa a contribuir ativamente com mudanças estruturais necessárias. Não é um programa socialista, embora os objetivos estratégicos da nossa luta sejam os de construir uma sociedade com formas superiores de socialização da produção, dos bens da natureza e um estágio das relações sociais na sociedade brasileira. Uma reforma agrária socialista exige a execução de políticas de um Estado socialista.
3. O conceito popular busca identificar a ruptura com a ideia de uma reforma agrária clássica feita nos limites do desenvolvimento do capitalismo. Indica o desafio de um novo patamar de forças

produtivas e de relações sociais de produção, necessárias para outro padrão de uso e de posse de terra. Pretende protagonizar um novo modelo de produção agrícola sob o controle dos trabalhadores e voltado a suprir as necessidades e direitos de todo o povo.

Como se desenvolve a luta pela reforma agrária popular

1. A luta pela reforma agrária se transformou numa luta de classes, contra o modelo do capital para agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura irá enfrentar outra correlação de forças (os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais).
2. Frente ao poderio do agronegócio, é necessário construir alianças entre todos os movimentos camponeses com a classe trabalhadora urbana e outros setores interessados em mudanças estruturais.
3. Os enfrentamentos com o capital e seu modelo de agricultura partem das disputas das terras e do território. Mas se ampliam para as disputas sobre o controle de sementes, da agroindústria, da tecnologia, dos bens da natureza, das águas e das florestas.
4. Buscamos com a luta pela reforma agrária popular acumular forças, obter conquistas para os camponeses e derrotas para as oligarquias e consolidar o apoio da sociedade à nossa luta. Dessa forma, iremos construir nossa participação nas lutas de toda a classe trabalhadora para construir um processo revolucionário. O nosso horizonte é a superação do modo de produção capitalista.

Desafios

1. A reforma agrária tem como base a democratização da terra. Busca produzir alimentos saudáveis.
2. O acúmulo de forças para esse tipo de reforma agrária depende de uma aliança consolidada dos camponeses com os trabalhadores urbanos. Sozinhos os sem terra não conseguirão a reforma agrária popular.
3. Ela representa o acúmulo de forças na construção de uma nova sociedade.



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ORGAO DO PARTIDO OPERARIO REVOLUCIONÁRIO – MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

10 de fevereiro de 2014

Aos delegados do 6º Congresso do MST À classe operária À juventude oprimida

Saudamos o 6º Congresso do MST como resultado de longos e duros anos de luta pela defesa dos camponeses sem terra e de todos os pobres do campo.

Saudamos o 6º Congresso no que representa de mais valioso para os camponeses, para a classe operária e para todos os explorados que é o método da ação direta, das ocupações de terra, de bloqueios de estradas e de manifestações urbanas.

Saudamos o 6º Congresso pelos que tombaram em luta, pelos que sofreram processos, pelos que foram jogados na prisão e pelos que continuam dispostos a enfrentar os latifundiários e seus jagunços.

E saudamos o 6º Congresso em nome de Canudos, Contestado e das Ligas Camponesas e de todos os movimentos que marcaram a história da luta no campo contra a opressão dos latifundiários e do Estado burguês.

Viva o 6º Congresso do MST!

Companheiros, a reforma agrária é uma bandeira antiga. Interessa aos camponeses que precisam de um lugar para plantar e sobreviver com sua família. A história agrária no Brasil mostrou que a burguesia nunca se dispôs de fato a dar acesso à terra a milhões de camponeses por meio da distribuição promovida pelo Estado.

Rios de ilusões correram pelo País alimentando a ideia de que os capitalistas da indústria se interessavam pela reforma agrária. A esquerda reformista acreditava que o capitalismo no Brasil passaria pela limitação do latifúndio e pelo fortalecimento da economia agrária baseada no campesinato. A tese de que se imporia a distribuição de terra em função da criação de um amplo mercado interno não se confirmou.

A via do desenvolvimento capitalista do campo avançou sem modificar a estrutura latifundiária altamente concentrada. O carro chefe dessa via tem sido a agroindústria e o agronegócio. A agroexportação, que, desde a colonização, definiu o caráter da economia no Brasil, continua vigente. Milhões de pequenas propriedades onde se realiza o trabalho camponês sofreram poucas alterações. Predominam as formas arcaicas produção, o trabalho familiar, a economia de subsistência, toda sorte de dificuldade e de miséria. Certamente, há diferenças regionais, próprias do desenvolvimento desigual e combinado da estrutura

econômica e de classes do capitalismo no país semi-colonial.

Os camponeses continuam perdendo suas parcelas. São empurrados para as cidades ou se proletarizam ali mesmo no campo. O fato de se tornarem operários não é negativo. Engrossam a classe revolucionária que historicamente está determinada a tomar o poder da burguesia, a destruir a sociedade de classes (capitalismo) e a eliminar toda forma de opressão.

O negativo está no fato do grande capital expropriar parte dos camponeses, expulsá-la, submetê-la ao desemprego e aos baixos salários. O negativo é que a parte que conserva a sua parcela não se liberta da opressão dos latifundiários e não deixa de ser ameaçada de expulsão. O capitalismo destitui, pela força econômica, política, jurídica e policial, os camponeses de sua parcela e de seu trabalho. O MST e outros movimentos de resistência nasceram e cresceram fincados nesta realidade.

Companheiros, acreditamos que o 6º Congresso discutirá em profundidade as transformações pelas quais o capitalismo passa no Brasil, em particular aquelas que se manifestam na agricultura. É preciso, sobre a base das experiências, identificar os erros de concepção, de programa e de tática que marcaram os movimentos passados, saber identificar a persistência desses erros nos movimentos do presente e superá-los.

Entendemos que um Congresso dos explorados deva ser extremamente exigente, crítico e democrático. É o que anima o Partido Operário Revolucionário a trazer algumas de suas posições sobre a questão agrária e camponesa no Brasil.

O POR demorou a amadurecer um programa agrário como parte do programa da revolução social. Mas acreditamos ter assimilado o essencial das experiências. Resumiremos em alguns pontos do programa.

O fato de não termos participação direta no MST nos impossibilitou de influenciar a discussão sobre os temas do 6º Congresso. Somos conscientes de que não nos é possível contribuir diretamente no debate. E não pretendemos fazer nada que seja artificial. Colocamos algumas de nossas posições porque a questão agrária e a camponesa ultrapassam o Congresso do MST. Diz respeito à classe operária, a todos os oprimidos pelo capitalismo e a todas as correntes que se reivindicam do socialismo.

Companheiros, eis nossa contribuição ao 6º Congresso:

1. É preciso esclarecer a confusão entre política de assentamento e reforma agrária. Os governos burgueses se valem de limitadas desapropriações de terras consideradas improdutivas, pagas a preço de ouro ao proprietário e assentam vagorosamente as famílias. Ao longo dos anos, principalmente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso, se verifica que os assentamentos sobrevivem à míngua. A bandeira de reforma agrária levantada pelos camponeses deve ser a de destruição dos latifúndios e fim das relações de opressão imposta pela oligarquia. O Congresso deve avaliar se ainda cabe a defesa da reforma agrária e fazer um balanço do fracasso da política de assentamento dos governos;
2. Está colocada a discussão sobre as transformações promovidas pela agroindústria e o agronegócio. O que se alterou na velha estrutura latifundiária e o que se conservou. O seu entendimento permitirá expressar corretamente a aspiração camponesa de reforma agrária e as tarefas transformadoras diante do capital agroindustrial;
3. O Congresso está obrigado a discutir as classes sociais no Brasil e sua expressão no campo. A luta dos



camponeses brasileiros pela terra nunca contou com uma aliança com a classe operária. Isoladamente, os camponeses de um lado e a classe operária de outro, não é possível organizar um movimento capaz de impor as suas reivindicações e avançar a defesa do programa de transformações democráticas e socialistas. A dependência dos movimentos aos partidos e governos da burguesia impossibilita derrotar os exploradores;

4. O movimento camponês tem sido vítima da ação dos jagunços e da guarda armada dos latifundiários. O Estado os protege como guardião da propriedade privada dos meios de produção. As ocupações de terra são o principal instrumento de luta. Em defesa de seus latifúndios, os fazendeiros e capitalistas da agroindústria justificam a violência. O movimento camponês deve discutir a sua autodefesa. Legalmente, estamos proibidos de formar os comitês agrários armados de autodefesa. Os capitalistas, pelo contrário, usam o dinheiro e seu poder de classe dominante para assassinar e aterrorizar os pobres do campo. O Congresso deve pôr em discussão o direito dos oprimidos de defenderem suas vidas e a integridade do movimento;
5. Finalmente, é preciso que o Congresso discuta os fundamentos, as reivindicações e as tarefas de uma revolução agrária no Brasil. Os camponeses somente terão acesso à terra e deixarão de ser expulsos de suas glebas nas condições em que os latifundiários e os capitalistas da agroindústria sejam expropriados por um movimento revolucionário. É preciso que os delegados do Congresso discutam o programa de expropriação da grande propriedade sem indenização e de nacionalização das terras. Essa tarefa democrática coloca para os explorados a defesa de um governo operário e camponês. É imprescindível que se compreenda o conteúdo desse governo que permite a classe operária, apoiada na maioria oprimida, realizar as transformações democráticas e socialistas do País.

Companheiros, estamos certos que esses pontos são essenciais. Uma vez discutidos e transformados em ação, a luta camponesa avançará por um caminho seguro.

Toda força ao 6º Congresso do MST!

Novas repercussões do “mensalão”

João Paulo se entrega, sob protestos

O presidente do STF, finalmente, assinou a ordem de prisão do deputado João Paulo Cunha. Joaquim Barbosa saiu de férias, foi passear em Paris e deixou para que outros ministros colocassem o petista na cadeia. O deputado terá de cumprir 6 anos e 4 meses de pena. A ordem de prisão ficou na gaveta à espera de Barbosa. João Paulo, por sua vez, permaneceu em Brasília à espera do dia fatídico. Iria se entregar, como todos os seus demais companheiros de partido, mas aproveitou para fazer pequenos protestos, seguidos por algumas dezenas de petistas. Divulgou uma carta alegando inocência. Acusou o STF de não comprovar as acusações – inclusive de lavagem de dinheiro – e de desconhecer provas da defesa.

João Paulo repetiu o que qualquer pessoa informada politicamente sabe: o processo e o julgamento denominados de mensalão foram especialmente talhados para o PT. Mais precisamente, para importantes lideranças do PT. O mensalão do PSDB, em Minas Gerais, que antecedeu o do PT e lhe serviu de base, cozinhou na justiça em banho maria. O pedido do procurador-geral da República para que o STF condene Eduardo Azeredo ocorre numa situação em que se pretende mostrar que a condenação dos petistas não foi política e que a justiça é igual para todos. Essa farsa continuará sendo encenada no julgamento do STF. O ex-ministro Walfrido Mares Guia se livrou do processo porque completou 70 anos (a denúncia do mensalão mineiro se deu há 16 anos atrás). A rede de corrupção do PSDB mineiro chefiada por Azeredo não foi exposta.

O escândalo do metrô e do sistema elétrico de São Paulo faz do mensalão petista uma formiguinha. Envolve três governos do PSDB. A justiça já fez uma triagem seletiva para livrar os capas-pretas do PSDB da responsabilidade criminal. Caso se abrisse uma ampla investigação sobre os peessedebistas – a começar com a reabertura do escândalo da privatização do Banespa –, seria necessário criar muitas salas vips nas penitenciárias.

O PT foi pego cometendo um crime eleitoral (caixa 2), comum a todos os partidos da burguesia. Nada mais foi provado. No entanto, deu oportunidade para a reação transformá-lo no “maior julgamento da história da República”.

Contra esse julgamento de exceção, está certo João Paulo em declarar inocência, assim como fizeram os demais réus petistas. Está também em seu direito não renunciar ao mandato de parlamentar. Diferentemente, José Genoíno correu a enviar à comissão que o cassaria um pedido de renúncia. Em seus cálculos, estava o pedido de aposentadoria.

Evidentemente, duas condutas distintas. Genoíno levantou o punho cerrado contra sua prisão e no dia seguinte abandonou sua própria defesa política. João Paulo promete batalhar por seu mandato. O corrupto deputado Nardoni (hoje sem partido) está preso e continua parlamentar.

João Paulo recolocará a divergência entre o STF e o Congresso Nacional originada das condenações de parlamentares. O STF considera automática a perda do mandato do

condenado. O Congresso acha que a perda do mandato depende de um processo de cassação. Se João Paulo continuar firme, poderá pelo menos testar a farsa da independência dos poderes e com seu gesto desmascarar aqueles que se pronunciem pela sua cassação. Caso o Congresso o casse, se mostrará conivente com a fraude processual do mensalão. Caso não perca o mandato, poderá manter alta a denúncia da fraude processual e penal.

Genoíno se encolheu, se escondeu por trás de sua saúde e buscou o conforto de uma robusta aposentadoria. Somente uma casta alcança tal privilégio.

Uma coisa é certa: João Paulo estará sozinho nessa batalha parlamentar. O que houve de mais espetacular na condenação dos petistas não foi o teatrão do Supremo e dos meios de comunicação. Foi a vergonhosa conduta do PT em não defender seus dirigentes. Limitou-se à retórica sobre o tribunal de exceção, o julgamento político e a injustiça. A ordem de Lula, a posição de Dilma Rousseff e a postura de Rui Falcão foram a de não confrontar o Supremo Tribunal Federal. Deveriam respeitar a decisão de um dos poderes do Estado. Não poderiam dar motivo para qualquer crise institucional.

Não era preciso os acontecimentos do mensalão para o PT se mostrar como um instrumento do Estado. Mas serviram para mostrar com precisão a face do PT aburguesado e submetido aos poderes estatais. Nada que João Paulo possa fazer em sua defesa lançará sombra nessa cristalina verdade política. Mantendo-se no PT e não denunciando a capitulação de Lula (e sua camarilha), estará defendendo apenas uma causa própria – o seu mandato e o salário de parlamentar.

As multas milionárias

A arrecadação de 1,7 milhão em poucos dias para pagar as multas de José Genoíno e Delúbio Soares desconcertou os ministros do STF. Gilmar Mendes exortou o Ministério Público a abrir uma sindicância. Quer saber de onde saiu tanto dinheiro num piscar e fechar de olhos. O ministro pergunta: “E se for um fenômeno de lavagem? De dinheiro de corrupção? Será que não há um processo de lavagem de dinheiro aqui?”

As indagações, na verdade, são afirmações. O PT entrou com uma representação contra Gilmar Mendes, por difamação. Nota-se que se faz um jogo. A prepotência do ministro ficará como simples perguntas de uma autoridade.

O STF impôs penas de prisão severas aos petistas e ainda por cima as vultosas multas. A dupla pena é um absurdo que os juízes se dão o direito de impor. É bom lembrar que as multas se tornaram uma arma contra as greves e os sindicatos. Trata-se de uma invenção da democracia burguesa. Estamos diante de uma clara perseguição política da casta do judiciário contra militantes que tiveram um passado de resistência à ditadura militar. O fato do PT arranjar o dinheiro num piscar de olhos pareceu um

acinte a Gilmar Mendes.

Quanto ao mérito em si de José Genoíno arrecadar mais de R\$ 700 mil e Delúbio Soares, mais de R\$ 1 milhão, não é surpreendente. O PT se tornou um partido burguês. Criou amplas relações com a burocracia estatal, com setores empresariais e liberais. De sobra, conta com a burocracia sindical e instituições da sociedade civil. Essa dinheirama pode perfeitamente vir de contribuições de gente ligada ao exercício governamental do partido (prefeitos, vereadores, deputados, senadores, governadores, etc.).

Gilmar Mendes sabe perfeitamente que isso aconteceu. A suspeita de que poderia ser o dinheiro sujo voltando limpo na forma das multas, solta ao ar em uma entrevista, é um ataque político. Não desconhecemos que os juízes do Supremo exercem um cargo político. Têm a função precípua de resguardar a propriedade privada dos meios de produção, proteger os interesses fundamentais da burguesia e preservar a supra estrutura política necessária ao funcionamento do capitalismo. Não por acaso um pequeno número

de juízes enfeixa em suas mãos imenso poder. Em compensação, usufruem de enormes privilégios.

É nessa condição que se intromete na vida partidária. Alinha-se a determinadas forças políticas internas e externas ao Estado. Sob o governo de Lula (boa parte dos juízes foi nomeada pelo presidente), o STF ganhou força e levantou a cabeça por cima do Congresso Nacional. O mensalão é um dos casos em que os juízes expressaram a partidarização. O PT está no poder, mas não o tem de fato.

A dinheirama arranjada mostrou tão somente que o PT está no poder. Interessa aos trabalhadores identificar nos episódios do mensalão o quanto esse partido que prometeu no passado combater as oligarquias, democratizar o Estado, estabelecer controles populares e fazer um governo severo diante dos “privilégios das elites” se afundou no pântano da política burguesa. A facilidade em arranjar milhões para pagar multa e a decisão de entregar os condenados aos encarceradores são duas faces da mesma moeda.

Reforça-se o Estado policial para proteger a Copa do Mundo

O governo e os parlamentares armam um cerco policial para conter os protestos e as greves no período da Copa. No Senado, está para ser votado o Projeto de Lei (PLS) nº 728, cujo objetivo é o de intensificar a violência policial contra as massas. Traz um conjunto de artigos que penaliza os atos definidos como, proíbe as greves, que institui multas e penalidades aos que desafiarem a “segurança da Copa”.

Em relação às greves, com o título “limitações ao exercício do direito de greve”, o PLS cria uma série de mecanismos para impedir as greves nas cidades-sedes dos jogos. Rotula 13 setores, chamados essenciais, que vão desde o abastecimento de água, energia, tráfego aéreo até os serviços de hospitais e hotelarias. No caso de a greve ser deflagrada, os sindicatos deverão cumprir um rol de exigências, entre elas o aviso antecipado de 15 dias aos empregadores; manter 70% dos serviços em funcionamento; legaliza a contratação de trabalhadores para substituir os grevistas; proíbe os piquetes; estabelece o regime de julgamento imediato das greves e criminaliza os sindicatos e os grevistas que “não cumprirem” as decisões da Justiça do Trabalho, com multas e processos penais. Portanto, impõe mais regras à vigente lei antigreve.

As justificativas à severidade imposta às greves estão em que o Brasil gastou bilhões de dólares para realizar um “espetáculo à altura da grandeza desse evento”, que os “olhos do mundo” estarão voltados ao Brasil, que milhares de turistas virão prestigiar os jogos, que será grande o retorno em dinheiro e prestígio. E conclui dizendo que os compromissos assumidos diante da FIFA são enormes e que honrá-los é um dever do Brasil.

Sobre o “crime de terrorismo”, o PLS caracteriza oito tipos penais: terrorismo por motivação ideológica, religiosa, política ou de preconceito racial, étnico ou xenófobo. Determina que são inafiançáveis e que não cabe anistia. São

rotulados como terrorismo os atos contra integrantes dos jogos e autoridades; emprego de explosivo; uso de armas e que envolva três ou mais pessoas. As penas chegam a 30 anos de prisão.

O Congresso Nacional e governos, por exigência da FIFA (órgão de mafiosos), estão preparando leis, armando as polícias, os agentes de segurança e o Judiciário para que essas leis de exceção sejam cumpridas. Para a burguesia se refastelar com os festejos da Copa, o Estado policial é colocado em ação. A Copa dos milionários tem de ser sustentada com os recursos públicos e com a violência reacionária do Estado. A Copa, em todos os lugares no mundo, se deu e se dá nesses moldes. Nos países semicoloniais, como ocorreu na África do Sul e agora no Brasil, os governos estão obrigados a limitar a soberania do País e a colocar em ação o Estado policial. O PLS é um dos exemplos. O Estado policial se volta contra as massas descontentes por suas condições de vida e pelos desperdícios de dinheiro público.

A burocracia sindical é incapaz de denunciar as medidas governamentais em favor da Copa. Limita-se à vergonhosa posição de “buscar o diálogo” com o governo, recusa a fazer uma campanha junto às fábricas e aos trabalhadores em geral. Ao contrário, acoberta o Estado policial e alimenta a alienação dos oprimidos em torno dos jogos. Diante do PLS 728, os burocratas da CUT, Força Sindical e seus seguidores se restringiram ao repúdio formal, sob a justificativa de que se trata de uma “ameaça à democracia”. Não esboçaram nenhuma reação diante das medidas antigreve e dos “crimes de terrorismo”. Esse é um dos maiores desserviços que a burocracia faz diante da classe operária e aos explorados em geral. Acobertam os interesses de classe em torno da Copa e deixam que os explorados sejam contaminados pela propaganda odiosa dos governantes e dos capitalistas. Encerrados os feste-

jos, permanecem as leis draconianas contra o direito de greve e a lei do terrorismo para punir os manifestantes.

Forças Armadas ganham status de polícia

Enquanto o Senado se prepara para a aprovação do PLS 728, o Ministério da Defesa publicou em Diário Oficial da União o “Manual da Garantia da Lei e da Ordem”. O objetivo é atribuir às Forças Armadas o papel de reprimir as manifestações no período da Copa. O ministério procurou desfazer a notícia de que se tratava de um “Manual” de segurança para a Copa e não visava a coibir os atos de protestos, como os ocorridos em junho passado. Mas o fato é que o “Manual” estabelece o poder do Exército, Marinha e Aeronáutica de cumprir a função de polícias. Como causou indignação entre setores sociais, o “Manual” foi refeito,

apagando formalmente as evidências. Como o de retirar os movimentos sociais da lista dos ameaçadores da “segurança nacional”, que apareciam como “forças oponentes”. Como também deixar de detalhar os métodos que são considerados uma ameaça à “ordem”, como os bloqueios de avenidas, depredação do patrimônio público e paralisação de serviços essenciais. Aparentemente, o “Manual da Garantia da Lei e da Ordem” deu um passo atrás. Porém, a sua essência permaneceu, que é o poder das Forças Armadas reprimir os movimentos sociais.

Os trabalhadores e a juventude oprimidos devem combater nas ruas o “Manual da Ordem” e todas as leis que impedem o direito democrático de manifestação e greve, bem como o de utilizar os métodos da ação direta para defender as reivindicações e bandeiras dos movimentos sociais.

Burocracia do ABC continua com a fraude das eleições sindicais

Há muitos anos que não há eleições diretas para o sindicato metalúrgico do ABC. As eleições são indiretas. Trata-se de uma fraude para perpetuar a burocracia no comando de um dos maiores sindicatos do País. Eis a fórmula criada:

As eleições são realizadas em dois turnos. Primeiro, elegem-se os membros dos Comitês Sindicais de Empresas (CSEs). Depois, a partir dos eleitos, escolhe-se a direção do sindicato.

Para conseguir essa fórmula, que é um dos maiores atentados à democracia operária, a burocracia iniciou impedindo o direito de setores de oposição de se posicionarem nas assembleias. As assembleias são cercadas de “seguranças” contratados pelos burocratas. Em seguida, restringiram nos congressos do sindicato a participação dos operários eleitos democraticamente nas fábricas. Os congressos se transformaram em tribunas eleitorais para a politicagem do PT. Ao mesmo tempo, eliminaram as comissões de fábricas e impuseram os Comitês Sindicais (CSEs), que são os olhos e ouvidos da direção do sindicato e do patronato no interior das fábricas contra qualquer esboço de oposição. Hoje, são mais de 80 CSEs. E, por fim, impuseram as eleições indiretas. Por meio desse mecanismo, os burocratas se perpetuam

no aparato sindical.

Essa fórmula de eleição agradou o patronato, porque eliminou as disputas por chapas no interior das fábricas. Elegem-se aqueles que já são comprometidos com política da empresa. E se garante a permanência de uma direção sindical conciliadora.

Para a classe operária, trata-se de um dos maiores retrocessos políticos e organizativos. A burocracia só pôde realizar essa trama depois de controlar ideologicamente a maioria dos operários fabris. É claro, às custas da eliminação da democracia sindical.

Os setores que se reivindicam de oposição, PSTU/PSOL, lamentavelmente, se recusam a travar um combate à burocracia, no interior do sindicato. O fato de cindirem a CUT e criarem a CSP-Conlutas e Intersindical permitiu que a burocracia exercesse o livremente o controle dos metalúrgicos do ABC. Portando, a ausência de uma oposição classista e de luta é o maior obstáculo para a elevação da consciência operária. O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, vem trabalhando por constituir a fração revolucionária no seio das fábricas e do sindicato.

Revolta dos operários do Comperj

A situação de escravidão a que estão submetidos os operários do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) é bastante conhecida pelas constantes greves. Os salários são baixos, as jornadas de trabalho - um atentado contra a vida-, a comida estragada e as condições de trabalho sob o calor escaldante de 50°C têm sido as causas das paralisações.

Agora, a revolta dos trabalhadores se dirigiu não só contra a empresa, mas também contra a direção do sindicato (Sinticom-CUT). Estão cansados das manobras dos burocratas do sindicato, que fazem de tudo para impedir que o movimento ganhe força. O dia 5 de fevereiro foi o estopim. Logo de madrugada, os ônibus que traziam os operários vieram escoltados pela polícia e pelos bandos patronais.

Uma conduta que já havia sido empregada em greves anteriores, com a conivência da burocracia sindical. Mas, nesse dia, a raiva dos operários não pôde ser contida. Colocaram fogo no carro de som e apedrejaram os carros das chefias. No dia seguinte, dois operários foram baleados. Um veículo parou no local, perguntou sobre o movimento e, em seguida, atirou.

O Sinticom atribuiu as ações contra o sindicato cutista aos chamados “baderneiros”, àqueles que “buscam obter vantagens políticas e eleitoreiras e rotulou-os de “quadrilhas armadas”. Para em seguida, apresentar os êxitos do sindicato em favor dos operários do Comperj. Pretende, assim, desfazer as suspeitas de que os tiros partiram dos seguranças do sindicato.

Os tiros podem ter partido dos jagunços do sindicato, podem ser oriundos da milícia patronal e, também, da polícia. O fato é que os operários foram baleados porque reivindicam melhores condições de salário e de trabalho e exigem que o sindicato assuma a luta e que o sindicato deixe de ser patronal.

Não é de hoje que fatos como esses têm ocorrido nas greves operárias. Lembremos do levante em Belo Monte em que os operários expulsaram a burocracia do sindicato e, em seguida, foram presos e acusados de quadrilheiros. Na realidade, isso expressa o ódio dos operários contra suas direções sindicais vendidas.

Prepara-se uma nova ofensiva contra a previdência social

Um novo ataque contra a Previdência Social no Brasil está sendo preparado com o objetivo de tornar mais difícil o acesso dos trabalhadores aos benefícios previdenciários, em particular à aposentadoria. Para tanto, o governo federal conta com o apoio e a pressão dos grupos capitalistas, dos meios de comunicação burgueses e dos organismos internacionais. Não é de hoje que a Previdência Social sofre profundos ataques dos governos, resultando em destruição e limitação de direitos sociais conquistados a duras penas pelos trabalhadores.

Desde a década de 1990 até hoje, a Previdência Social tem sido objeto de reformas, como as que ocorreram nos governos de Fernando Henrique (PSDB) e Lula da Silva (PT), sob argumentos variados, como a superação do suposto déficit previdenciário, a criação de critérios mais rígidos de concessão de aposentadorias e benefícios e o aumento da arrecadação com a expansão do número de contribuintes. Para tanto, os governos se apoiam quase sempre em dados fornecidos por institutos de pesquisas e análises públicos e privados, como, por exemplo, dados dos organismos internacionais (BID, Banco Mundial e FMI). Em geral, os organismos internacionais vinculam a necessidade da reforma da previdência ao controle das contas públicas e crescimento da capacidade de investimento estatal na economia. Além disso, alegam as mudanças na estrutura demográfica, como o envelhecimento da população com a caída da taxa de natalidade e o aumento na expectativa de vida.

A reforma do governo FHC, concluída em 1998 com a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 33, transformada na Emenda Constitucional nº 20, resultou em destruição de direitos, aumentou a idade exigida aos trabalhadores da iniciativa privada e do setor público para o acesso à aposentadoria e aos demais benefícios. Substituiu a aposentadoria por tempo de serviço pela aposentadoria por tempo de contribuição (30 anos para as mulheres e 35 para os homens), criou uma idade mínima para a aposentadoria integral dos servidores públicos (48 anos para mulheres, 53 para homens), o acesso à aposentadoria especial foi restringida e a pensão integral por morte foi extinta. Fora isso, FHC criou o chamado fator previdenciário, que obstaculiza o acesso à aposentadoria, na medida em que este benefício

As investigações sobre o conflito entre o sindicato e os operários em greve no Comperj, para serem verdadeiras, devem partir dos próprios operários e não da polícia, da justiça e da burocracia sindical. Pesa sobre a burocracia o fato do sindicato não possuir democracia, das assembleias serem controladas por seguranças e a trajetória de colaboração com a patronal. Se a burocracia diz que os tiros não partiram do sindicato, que convoque uma assembleia que tenha total liberdade de expressão e que constitua uma comissão eleita e que nenhum membro do sindicato possa nela participar.

passou a depender da idade, tempo de contribuições e expectativa de vida do segurado na data da aposentadoria.

A reforma da previdência de Lula (PT), instituída com a aprovação da EC nº 41, de 2003, e EC nº 47, de 2005, deu continuidade às medidas tomadas pelo governo FHC. Dessa vez, os valores recebidos pelos aposentados foram desvinculados dos recebidos pelos trabalhadores da ativa. Também foi instituído um teto único para estipulação dos valores de aposentadorias. Portanto, a reforma de Lula elimina o direito dos servidores públicos à integralidade, põe fim à paridade entre os servidores ativos e inativos, estabelece teto para regime de previdência dos servidores, cria um redutor para o valor das novas pensões, prevê que o regime de previdência complementar para os servidores será operado por entidades fechadas e aplica a taxação de servidores inativos e pensionistas.

Recentemente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) publicou um estudo sobre a América Latina, amplamente divulgado na mídia burguesa, que traz dados para fundamentar um novo ataque aos trabalhadores e ao direito à aposentadoria. O estudo diz que: 1) o número de idosos irá quadruplicar até 2050 e crescerá a expectativa de vida; 2) em 2010, os adultos maiores de 65 anos eram 6,8% da população; em 2050 serão 19,8%; 3) hoje, a proporção entre contribuintes e aposentados é de 10 por 1; em 2050, será de 3 para 1; 4) considerando que apenas 4 entre 10 trabalhadores latino-americanos contribuem para a previdência, ao menos 130 milhões não estariam fazendo qualquer reserva para quando pararem de trabalhar. O BID calcula que desse total, 83 milhões dependerão do estado ou dos familiares para sobreviver.

Para tanto, o BID propõe: 1) aumento do número de trabalhadores que financiam a previdência; 2) redução dos custos trabalhistas, isto é, flexibilização das regras trabalhistas e perda de direitos, para supostamente aumentar a formalização dos trabalhadores e o número de contribuintes. O fato é que os organismos internacionais pressionam os governos latino-americanos, entre eles o Governo de Dilma (PT) para realizar o mais rápido possível uma nova reforma da previdência, resultando em perdas para o conjunto dos trabalhadores e servidores públicos. O suposto rombo na

previdência (segundo os dados seriam de 18% entre 2012 e 2013) esconde o fato dos governos comprometerem quase a metade do orçamento com a dívida externa e interna e desviarem as verbas da previdência para outros setores.

Os trabalhadores devem se preparar para o pior, um novo ataque à Previdência Social, com a conivência das direções das centrais sindicais ligadas ao governo e dos sindi-

catos burocratizados. Trata-se de lutar pela derrubada das reformas previdenciárias anteriores (de FHC e Lula) por meio da ação direta dos explorados (greves, ocupações, manifestações), sem qualquer ilusão no congresso ou no STF, além de uma ampla campanha em defesa da Previdência e Seguridade Públicas para todos os trabalhadores e servidores.

Porque o MNN e a LER-QI abandonaram o Comitê de Luta Contra a Repressão

Na fundação do Comitê, em julho de 2013, estavam presentes o POR, a Esquerda Marxista, o MNN, a LER-QI, o Levante Popular, algumas organizações do movimento negro e a Flaskô (fábrica ocupada por operários em Campinas-SP). Posteriormente, compareceu o MPL e a Anel aprovou a incorporação ao Comitê em Plenária Estadual de São Paulo. Hoje, apenas o POR, a Esquerda Marxista e os independentes permanecem no Comitê.

MNN é lembrado como uma das correntes que mais atuaram na USP contra a repressão. Até 2009, persisti a constituição de um comitê contra a repressão na USP. Em 2011 e 2012 defendeu, juntamente com o movimento, a bandeira de “Fora PM”. O conflito com a polícia militar no campus era grande devido ao convênio assinado entre a USP e a PM e devido à reintegração violenta da reitoria em 2011, que prendeu 72 estudantes e trabalhadores. No movimento de 2013, a MNN manteve sua defesa contra a repressão, especialmente porque no termo de acordo da negociação com o reitor estava claro que mais processos viriam.

Nas defesas em assembleia, nos cartazes e em panfletos é dado destaque à defesa contra a repressão. No entanto, decidiu por não mais compor o Comitê Estadual de Luta Contra a Repressão. Não contente por se retirar, ataca o Comitê, que busca apoio.

A LER-QI foi uma das correntes que mais se empenhou no momento de fundação do Comitê, especialmente porque sua constituição se deu no período de ascensão do movimento da Unesp em 2013, reprimido na desocupação da reitoria. Em 2012, os leristas compuseram uma frente na USP contra a repressão, em unidade com o sindicato dos trabalhadores (SINTUSP). Também defenderam o “Fora PM” e se colocaram contra as punições que recairiam nos que se mobilizaram em 2013. Hoje, a LER-QI também boicota o Comitê. Diferentemente do MNN, não se coloca abertamente contra, mas fazem no máximo uma defesa pálida. Na prática, não convoca as reuniões do Comitê, não contribui para a campanha de defesa coletiva dos processados, não comparece nas reuniões.

O que mudou?

A repressão não acabou, sequer amenizou. Aumentou o número de ataques e a violência contra os movimentos. Então, por-

que não constituir e atuar para fortalecer a frente de luta contra a repressão? A posição da MNN e da LER-QI mudou quando foi aprovado o programa do POR de defesa coletiva, jurídica e política dos processados políticos, sendo que a defesa jurídica deveria estar submetida à defesa política. Agiram da mesma maneira no Fórum dos Processados da USP, passando a boicotá-lo, quando o POR conquistou o apoio da maioria dos independentes, contra a posição legalista dos centristas de defesa apenas jurídica.

A defesa coletiva, política e jurídica, pressupõe a submissão à decisão do coletivo. O histórico do movimento da Unifesp de Guarulhos mostra que o coletivo pode decidir por negar os acordos da justiça burguesia (transação penal) que oferece penas mais leves desde que se aceite a condenação. O movimento decidiu por correr o risco de ser penalizado mais brutalmente a ter de abrir mão de sua inocência.

O MNN e a LER-QI possuem advogados próprios, decidiram por não se submeter ao coletivo. Defendem a saída puramente legal e individual porque permitem disfarçar a política pequeno-burguesa diante da repressão (ditadura de classe da burguesia). Travar uma luta consequente de defesa política dos processados significa se chocar com o Estado, o agente da repressão. Significa assumir que o combate se volte contra o Estado e seus aparatos (polícia, justiça).

A MNN não faz mais do que defender genericamente um “outro Estado”, que pode ser qualquer coisa. Não defendem a ditadura do proletariado. São incapazes de compreender que a repressão é a manifestação mais clara da ditadura da burguesia. Que a luta de classes mais viva se dá no confronto nas ruas, nas ocupações, retirando o direito de se organizar e manifestar. As prisões e processos são medidas de contenção dos movimentos que se levantam por reivindicações que se chocam com os interesses da burguesia. A LER-QI defende o socialismo em palavras.

A defesa coletiva dos processados políticos não será obra das correntes pequeno burguesas. Essas correntes manterão seu boicote ao Comitê, e com isso abrem mão de preparar as massas para enfrentar de forma unitária a repressão que se aprofundará com a agudização da luta de classes.

Aquira as Obras Completas de Guillermo Lora. 67 volumes de mais de 500 páginas cada. A experiência histórica de construção do Partido Operário Revolucionário na luta de classes. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Realizado ato contra a instalação da UPP na Engomadeira

No dia 1º de fevereiro, foi realizado um ato contra a implantação de uma Base Comunitária de Segurança, mais conhecida como Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) na Universidade Estadual da Bahia (UNEB), localizada na comunidade da Engomadeira, em Salvador. O governador Jaques Wagner (PT) inaugurou a primeira UPP ainda em abril de 2011, na comunidade do Calabar, com o suposto objetivo de enfrentar o tráfico de drogas e o alto índice de criminalidade.

Wagner tomou como referência a experiência das bases policiais nas comunidades do Rio de Janeiro. Na época, a inauguração contou com a presença do Secretário de Segurança do Rio, José Mariano Beltrame. Desde então, foram instaladas mais doze bases, sendo três delas no Complexo de Amaralina (Nordeste de Amaralina, Santa Cruz e Chapada do Rio Vermelho), Fazenda Coutos, Itinga (Lauro de Freitas), Bairro da Paz, Monte Cristo (Itabuna), Rio Sena, BCS George Américo (Feira de Santana), Nova Cidade (Vitória da Conquista) e Baianão – Frei Calixto (Porto Seguro). As UPPs são evidentemente acompanhadas de um arsenal de equipamentos (câmeras, viaturas, motos) e policiais bem armados.

Como acontece no Rio de Janeiro, as UPPs da Bahia têm

na verdade como objetivo manter a vigilância e o controle sobre as comunidades locais, marcadas pela miséria, pelo desemprego, pela informalidade e trabalho precário, pela falta de saúde, escolas e condições para o lazer de crianças e jovens. São comunidades que convivem com a violência policial permanente e com denúncias de prisões, torturas, extorsão e assassinatos da juventude, em grande maioria negra. O braço armado do Governo Jaques Wagner tem atuado não só para espancar a juventude nos bairros populares, favelas e cortiços, mas também para reprimir manifestações, greves e ocupações de sem teto, sem terra, demais trabalhadores e estudantes. Serviu fielmente como instrumento de repressão das manifestações de estudantes e populares nos meses de junho e junho de 2013 e já está sendo preparada para reprimir as manifestações contra a Copa milionária da burguesia.

O POR participou do ato no bairro da Engomadeira, juntamente com outras correntes, movimentos e organizações, defendendo o desmantelamento da Polícia Militar e a constituição de Tribunal Popular para apurar os crimes cometidos pela PM contra os trabalhadores, a juventude e as comunidades pobres, responsabilizando o Estado.

A burguesia e seu governo armam a repressão sobre os protestos contra a Copa

Neste ano, o aniversário da cidade de São Paulo, 25 de janeiro, foi marcado por uma manifestação contra a realização da Copa do Mundo no Brasil. As ruas da região central foram ocupadas sobretudo por jovens, atingindo no auge cerca de duas mil pessoas. Os Black Blocks marcaram presença. A violenta repressão projetou o movimento, com grande repercussão na mídia. Houve cerca de 130 prisões, todos liberados na madrugada, e um rapaz ferido à bala pela polícia. O jovem estava sozinho e encurralado por três policiais. Isto é, poderiam ter ceifado sua vida, em mais um ato de covardia da polícia paulista. Outras cidades do país também têm presenciado protestos sob a mesma bandeira.

A mobilização traz à memória o mês de junho de 2013. A onda de protestos, inaugurada pela luta contra o aumento das tarifas do transporte coletivo em São Paulo, se espalhou por quase todo o país, com passeatas multitudinárias e ações radicalizadas. Naquele momento, ocorria no Brasil a Copa das Confederações, alvo de vários protestos. Desde então, os governos federal, estaduais e municipais, além de outras instâncias do aparato estatal, como a Justiça, têm se esmerado em aperfeiçoar os mecanismos de repressão. São respostas à proximidade da Copa e das Olimpíadas, que se inserem num contexto de agravamento da crise mundial do capitalismo, onde encontramos as raízes mais profundas do

descontentamento popular.

O gasto milionário com os megaeventos contrasta com o abandono e a pobreza. O aumento do custo de vida, o endividamento, a persistência de problemas agudos e a falência dos serviços públicos, dos quais a população explorada depende, constituem a pauta das manifestações. É a classe média a principal camada que sai às ruas. Trata-se ainda de uma expressão difusa da luta de classes. Entretanto, já eclode de forma violenta e as massas têm aprendido rapidamente. Um exemplo disso foram as barricadas erguidas no final de janeiro em vários pontos de São Paulo, por conta das enchentes e da barbárie que trazem todo ano, na mesma época. As velhas promessas de sempre não satisfazem mais como antes.

Não por acaso, a burguesia e seus porta-vozes em todos os grandes veículos de informação têm empreendido uma grande campanha contra o “vandalismo”. O pacifismo comparece como forma de combater ideologicamente a violência instintiva das massas. Tentam disfarçar o problema, insinuando que são ações de “criminosos infiltrados”, que “se aproveitam” das manifestações, reconhecidas como “legítimas” da boca pra fora. Enquanto isso, os governos erguem complexos sistemas de defesa contra os protestos. No fundo, preveem a continuidade e talvez a ampliação dos

choques, o que pode resultar na perda do controle, ainda mais em ano eleitoral.

São esses elementos que explicam o lançamento por Dilma de um “programa de segurança da Copa”. Coloca-se como eixo a integração das forças repressivas em suas variadas instâncias. Nas entrevistas, ministros, militares e outros envolvidos no programa realizam várias menções a operações tidas como bem-sucedidas, que serviriam de exemplo, como a Conferência Rio+20 da ONU, a já referida Copa das Confederações e até a ação sobre o Morro do Alemão (RJ).

Estima-se que aproximadamente 2 bilhões de reais possam ser destinados ao aparato repressivo especificamente para a Copa. Motociclistas batedores, *snipers*, helicópteros, *drones*, robôs, câmeras digitais de identificação (com recursos para escanear a face de 400 pessoas por segundo), além de agentes infiltrados da Abin (Agência Brasileira de Inteligência) serão alguns dos expedientes usados contra os manifestantes. O governo federal, contudo, avalia que as jornadas de junho foram projetadas pela repressão e temem que algo semelhante ocorra em relação ao movimento “Não vai ter Copa”.

Mesmo sem saber o ritmo exato que o processo assu-

mirá, os grandes capitalistas compreendem o quão perigosa é a ação massiva, unitária e radical dos explorados. Ao contrário dos moralistas de plantão, não se deixam enganar pelo caráter abstrato das reivindicações, característica dessa etapa. Isso porque sabem que a situação está contaminada pelos efeitos da crise e pode se tornar terreno fértil para a introdução de bandeiras relacionadas aos salários, às condições de trabalho e outras que tocam no coração do sistema de exploração. Combatem o método da ação direta, pois temem uma possível deterioração da conjuntura política que lhes desfavoreça.

O Partido Operário Revolucionário trabalha no sentido inverso. Atuamos nesses movimentos com a política do proletariado. Participamos das manifestações com o objetivo de transformar a ação instintiva das massas em ação consciente, voltada contra o sistema capitalista. Para isso, levamos às manifestações as reivindicações transitórias, de defesa dos empregos, direitos e salários, única forma de arrastar a classe operária – que deve se elevar à direção das lutas – e demais oprimidos, rompendo a composição e a política pequeno-burguesas do movimento. Abaixo o palavreado pacifista, que só serve para condenar a resistência dos explorados! Abaixo a Copa milionária da burguesia!

Rondônia

Tribunal Popular e comitês de luta

O estado de Rondônia, no final de 2013 e início de 2014, registrou altos índices de mortes violentas. Segundo os órgãos oficiais, só na região metropolitana da capital, 25 homicídios nos 45 primeiros dias do ano. Desse total, 21 pessoas foram assassinadas. Isso colocou Porto Velho como a quinta mais violenta capital do País.

As denúncias evidenciam que os assassinatos são promovidos por integrantes da força repressiva da polícia civil e militar. Mas nada é apurado. O delegado, Jeremias Mendes, justifica dizendo que 80% dos crimes têm por causa o tráfico de drogas. Assim, isenta a polícia dos assassinatos. O fato é que grande parte dos assassinatos recai sobre a juventude oprimida. Não é de hoje que parte dela vem sendo eliminada pelo aparato policial. Um exemplo: a polícia assassinou a queima roupa 8 jovens que realizaram um assalto a um banco em meados de janeiro, em Campo Novo, interior do estado.

O que ocorre em Porto Velho não é diferente do que se passa nas favelas e morros do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife, etc. Sob a justificativa de combate ao tráfico e aos assaltos, os governos e as polícias têm assassinado parcelas de jovens e de trabalhadores pobres. Isso só vem comprovar que o Estado burguês não tem como proteger essa massa de miseráveis, muitas vezes atraída para a marginalidade. Só tem como solução os assassinatos e as prisões. Por sua vez, o capitalismo é um sistema econômico que se decompõe, trazendo toda sorte de males para os explorados, como a marginalidade.

A defesa da juventude oprimida é parte da luta contra o

bárbaro sistema capitalista. Inicia responsabilizando os governos e sua polícia pela crescente onda de assassinatos, levantando a bandeira de desmantelamento da polícia e constituição das milícias populares. Para punir os verdadeiros assassinos, é preciso trabalhar pela constituição de um organismo de poder capaz de apurar e punir, que é o Tribunal Popular. A Justiça burguesa não pode cumprir essa tarefa, porque é parte do Estado e serve aos interesses da classe que o comanda, que são os capitalistas.

Para combater a barbárie social, é preciso defender as condições de vida e trabalho para os pais de família e para a juventude

O desemprego, a falta de escolas e a miséria vêm destruindo as famílias em Rondônia. Na capital, os problemas afloram. Não há empregos para a maioria da juventude. Faltam vagas nas escolas públicas. As filas nas portas das escolas, com pernoites, já se tornaram rotina. Quando os jovens conseguem trabalho, as jornadas são estafantes e impedem a frequência nas escolas. Ainda mais: as famílias estão sentindo o peso do custo de vida, que está nas alturas.

Falta tudo nos bairros pobres: moradia, saúde, educação, lazer e comida suficiente na mesa. O que não falta é a propaganda enganosa, a politicagem nos períodos eleitorais e a violência policial. Falta também organização da população para lutar coletivamente nas ruas pelas reivindicações. O sentimento de indignação tem de ser transformado em ação prática, o que significa trabalhar pela constituição dos comitês de luta nos bairros, sob o

controle das assembleias populares.

Os comitês de luta devem aprovar as reivindicações que unificam os explorados e o método da ação coletiva e direta. As reivindicações de salário mínimo vital, necessário para manter uma família de 4 pessoas e não o salário míni-

mo de fome de R\$ 724,00; de emprego a todos por meio da escala móvel das horas de trabalho; de combinação do trabalho e dos estudos para proteger a juventude; de moradia e saúde gratuitas são as que permitem unir os explorados para conquistá-las.

Fortaleza – Boletim da Corrente Proletária na Saúde

Viva a greve dos ACS e ACE's ! Contra o reajuste de 5,7% de RC e vereadores

No dia 21 de janeiro os agentes entram em greve por tempo indeterminado, reafirmando a decisão da assembleia do dia 10 de janeiro. O motivo é bem claro: a categoria não aceita o reajuste miserável imposto pelo prefeito Roberto Cláudio (PROS/PC do B) de 5,7% que representa apenas 40,00 reais nos nossos salários. Esse reajuste foi aprovado pelos vereadores.

Na campanha salarial de 2014, os agentes lutam pelo horário corrido de 6h, incorporação do tempo de serviço (licença prêmio e outros benefícios), direito ao PCCS (plano de cargo, carreira e salário), repasse total da portaria ministerial como piso da categoria R\$ 950,00 e repasse do 14º salário, vale alimentação de 12,00 etc.

Os agentes de saúde e de endemias são uma categoria que tem se confrontado com a dura realidade da pobreza das famílias na sociedade capitalista. Trabalham todos os dias para orientar famílias que muitas vezes não tem o que comer, que vivem nas drogas e sem emprego. E ao mesmo tempo sofrem com a precarização do seu trabalho e com assédio moral por parte de supervisores e coordenadores. Os **agentes de endemias**, além de trabalhar com escada e bolsa pesadas (mais 5kg), além do sol, vivem um regime quase 'militar', praticando um trabalho meramente quantitativo de visitas, pois o que interessa para os gestores são números destas. Essa realidade também está sendo introduzida nos **agentes de saúde**. A prioridade agora é o número de visitas e não a qualidade de como deve ser orientada a família. Famílias que não têm qualquer acesso à saúde pública.

É por essa realidade adversa que os agentes de saúde e de endemias precisam ter coragem e permanecerem firmes na luta. Apenas através da greve que podemos assegurar nossa unidade e exigir melhores condições de salário e trabalho além de lutar contra a destruição da saúde pública.

É preciso que defendamos:

- Lutar por um piso salarial que dê condições de vida digna a uma família de quatro pessoas! O piso de R\$ 950,00 reivindicado pelas direções sindicais da categoria é na verdade um piso de miséria. *Qual agente consegue pagar suas contas com um piso com este valor?* Que o SINASCE convoque a categoria para discutir e calcular em assembleia qual piso de fato consegue cobrir as despesas familiares dos agentes!
- Eleição de todos os diretores de postos de saúde! Abaixo o assédio moral e a perseguição!
- Emprego a todos os trabalhadores! Por meio da redução da jornada de trabalho sem redução de salário!
- Defender a saúde pública com a estatização da saúde privada sob controle dos trabalhadores!
- Oposição revolucionária aos governos Roberto Cláudio/Cid/Dilma! Governos burgueses e inimigos dos explorados!
- Fim do capitalismo. Destruir a sociedade burguesa baseada na exploração dos ricos proprietários de terra, empresas sobre os trabalhadores, operários e camponeses,



Fortaleza - CE

Derrotar a Prefeitura e arrancar reajuste que atenda às necessidades!

A prefeitura de Fortaleza (PROS/PC do B) acena com um reajuste salarial para o magistério de míseros 8,32%, conforme a recomendação da portaria do MEC, isto é, do governo Dilma/PT, que estabeleceu esta previsão para o custo aluno em 2014, base para o reajuste do nosso piso.

Passados mais de um ano do início da gestão dos *Ferreira Gomes* vemos que a situação de crise e destruição das escolas continua a mesma. Sucateamento, baixos salários, direitos suspensos (redução da carga horária etc), salas superlotadas, demissão e liquidação dos poucos direitos de professores substitutos (ao invés de carteira assinada, a prefeitura fará um contrato administrativo, sem direito a FGST, etc.).

Construir a greve do magistério por tempo indeterminado

A categoria tem um grande desafio pela frente. Precisa se reorganizar, organizar Zonais, fortalecer nosso sindicato, que vem sendo atacado por Apeoc e Sindifort, e lutar contra os governos Roberto Cláudio/Cid/Dilma que preparam novos ataques aos docentes. São exemplos, a pressão do Governo Federal junto com prefeitos/governadores, pela mudança no art. 5º da lei do piso (11.738/08) que trata do reajuste do piso salarial nacional para que deixe de basear-se no custo aluno (como é hoje) e passe a reger-se pelo INPC, índice bem abaixo deste último. Ou ainda a *lei anti greve* que o governo do PT prepara no congresso contra os servidores públicos.

A crise monumental do capitalismo atinge em cheio a economia brasileira (aumento do endividamento, déficit nas contas externas, aumento de impostos). Os governos dão rios de dinheiro para os capitalistas ligados aos empre-

endimentos da COPA (são quase R\$ 30 bilhões!) e atacam as condições de vida do funcionalismo. Quanto aos 10% do PIB para a educação reivindicado pela direção majoritária do Sindiute, Apeoc, Conlutas, CNTE o governo simplesmente faz pouco caso. E quanto aos royalties do Petróleo do Pré-Sal? Nem sinal. Os governos já estão cobrando a fatura da crise e da COPA a exemplo do **absurdo aumento do IPTU**, em até 35% (isto no papel, já que na prática há denúncias de aumentos de até 500%). Como a direção nacional da CNTE (PT) tem respondido a este problema? Com caravanas a Brasília e a convocação de uma greve de três dias (17, 18, 19/03). Três dias, porém é pouco. *A Corrente Proletária na Educação*, oposição revolucionária, à direção majoritária do Sindiute, convoca os professores a aderirem à greve e paralisar 100% a rede municipal. Não há outra resposta. Defende que devemos exigir da CNTE a imediata convocação da GREVE NACIONAL POR TEMPO INDETERMINADO até a derrubada do projeto do governo. As Manifestações de Junho, que logo mais voltarão, abriam o caminho! É imperativo agir! A responsabilidade está toda nas mãos da direção governista da CNTE!

A crise do ensino é reflexo da crise do capitalismo. Só poderá ser resolvida pela estatização do ensino privado sob controle dos trabalhadores e a criação de um **único sistema de ensino que seja público, gratuito, laico e vinculado à produção social**.

E não, simplesmente, com a reivindicação de 10% do PIB.

- Oposição revolucionária a Roberto Claudio/Cid/Dilma! Por um Piso Salarial de R\$ 4.000
- Abaixo o capitalismo! Pela Revolução Proletária e o Socialismo!

Adquira com o distribuidor deste jornal

XXIV Congresso da Apeoesp

Oposição rompe com o congresso burocrático



Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

Chile: o campesinato e as mudanças na estrutura agrária desde a UP



o movimento camponês e a unidade Popular (UP)
A contrarrevolução pinochetista
o campesinato sob a democracia burguesa compactuada

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

PT: 10 anos no poder do Estado burguês



A ditadura militar e a formação do PT
A ascensão eleitoral nos anos 1980/90
Os governos Lula e Dilma (2003/2013)
As tarefas dos revolucionários

Partido Operário Revolucionário **MASSAS**

POR Partido Operário Revolucionário

XII Congresso Nacional



11 e 12 de janeiro de 2014

Resoluções Internacional e Nacional

Manifesto aos delegados e demais participantes do 33º Congresso do ANDES-SN

É PRECISO ARMAR O MOVIMENTO DOCENTE COM UM PLANO DE LUTAS CONTRA A POLÍTICA PRIVATISTA DOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAIS!

É PRECISO DEFENDER A UNIVERSIDADE PÚBLICA E AS NOSSAS REIVINDICAÇÕES POR MEIO DA AÇÃO DIRETA (GREVES, MANIFESTAÇÕES, OCUPAÇÕES)!

É PRECISO DEFENDER A UNIDADE DOCENTE COM OS TRABALHADORES E DEMAIS EXPLORADOS CONTRA A CRISE CAPITALISTA E OS ATAQUES DOS GOVERNOS!

Nos dias 10 a 15 de fevereiro de 2014, ocorrerá o 33º Congresso do Andes-SN em São Luís - Maranhão. O tema central do Congresso docente é *“Andes-SN na defesa dos direitos dos trabalhadores: organização docente e integração nas lutas sociais”*. O Congresso ocorre no momento de aprofundamento da crise mundial do capitalismo e de aplicação pelos estados e governos burgueses de medidas e ataques contra os trabalhadores e demais explorados (camponeses, juventude pobre e classe média arruinada). São estes que pagam com as consequências da crise capitalista: desemprego, trabalho precário, baixos salários, miséria, fome e destruição de direitos.

A educação e, particularmente, as Instituições de Ensino Superior Público são parte da sociedade capitalista em crise. Eis por que têm sofrido com os ataques dos governos federal (Dilma Rousseff-PT) e estaduais, com a degradação das condições de trabalho e de estudo de professores, estudantes e técnico-administrativos, com a destruição ou restrição de direitos, com incentivo ao ensino privado e à desnacionalização da educação (avanço do capital financeiro), com a privatização dos Hospitais Universitários (EBSERH) e com a imposição do Fundo de Previdência de natureza privatista contra os direitos à aposentadoria e seguridade dos servidores.

O movimento docente mostrou claramente durante a greve nacional de 2012 como defender as suas reivindicações e se contrapor às medidas dos governos. Ou seja, como avançar na organização, mobilização e luta por meio da *ação direta* (greves, manifestações, assembleias, ocupações).

Por isso, a Corrente Proletária na Educação (Universidade) defende o seguinte programa:

1) Avançar coletivamente na organização, mobilização, aprovando um plano de lutas e campanhas em defesa

das nossas reivindicações contra os ataques dos governos federal e estaduais;

- 2) Assumir uma posição clara em defesa da Universidade Pública contra o ensino privado e a política privatista e de desnacionalização da educação dos governos federal e estaduais;
- 3) Defender a autonomia universitária como autogoverno. Combater a burocracia e se colocar por um governo tripartite de estudantes, professores e funcionários, subordinado à Assembleia Universitária, com voto universal e mandato revogável;
- 4) Defender o financiamento público integral das Universidades, com orçamento elaborado por quem estuda e trabalha. Fim imediato dos subsídios e financiamentos à educação privada. Cancelamento das dívidas dos estudantes do sistema privado. Incorporação dos estudantes do ProUni e do FIES ao sistema público de ensino. Expropriação, sem indenização, da rede privada de ensino.
- 5) Rejeitar o Ensino a distância. Fim imediato do ensino a distância nas universidades públicas. Revogação da legislação que implanta o EaD. Expropriação das empresas que o exploram.
- 6) Rechaçar integralmente o PNE por ser privatista e mercantilista, por consolidar a coexistência do ensino privado e público e por não corresponder às transformações democráticas e científicas pelas quais deve passar o sistema educacional brasileiro.
- 7) Lutar por um sistema único de ensino público, gratuito, laico, vinculado à produção social.
- 8) Defender a unidade da categoria docente em nível nacional e local, unificação com as lutas estudantis e dos técnicos-administrativos, contra as tentativas de divisionismos existentes;
- 9) Lutar contra o processo de burocratização e estatiza-

- ção das organizações e entidades sindicais. Libertar as organizações sindicais das burocracias estatizantes. Conquistar a independência política dos sindicatos diante da burguesia e de seu Estado;
- 10) Combater a criminalização e judicialização dos movimentos sociais, populares, sindical e grevista. Defender o direito de livre expressão, manifestação, organização e de greve. Derrubar a indústria das multas que penalizam as greves;
- 11) Defender a unidade organizativa dos trabalhadores contra a fragmentação e divisionismo das burocracias. Por um congresso de unificação e constituição de uma única central sindical, democrática, comba-

tiva e de luta, independente dos governos e partidos burgueses;

- 12) Derrubar a Reforma da Previdência, o FUNPRESP e a EBSEERH por meio da luta de classes, sem qualquer ilusão no parlamento, no governo e na Justiça burguesa (STF).

A Corrente Proletária considera que essas questões são importantes para que o congresso aprove uma plataforma de luta e uma orientação política de defesa do ensino público e gratuito, controle da educação por quem estuda e trabalha e defesa das condições de existência dos trabalhadores.

USP tem novo reitor: Zago promete privatização, elitização e racismo. O movimento estudantil tem de responder com luta!

Mrco Antônio Zago é o novo reitor da USP. Ele foi nomeado pelo governador Alckmin depois de ter sido o mais votado na lista tríplice encaminhada pelo colégio eleitoral. Esse organismo é composto de uma minoria de burocratas, que pode decidir por essa lista.

O resultado dessa “eleição” mostra algumas coisas:

- Diferentemente de José Serra, que nomeou o segundo nome da lista há quatro anos e impôs Grandino Rodas como reitor/interventor, Alckmin seguiu a indicação da maioria da casta burocrática que governa a universidade e nomeou Zago. A gestão de Rodas foi marcada pelo autoritarismo e escasso funcionamento dos organismos burocráticos. Rodas tentou governar por cima da burocracia e acabou isolado, tendo sido derrotado em projetos importantes, como o da reeleição e o da aplicação da LDB na eleição do reitor. Rodas também foi muito criticado por ter exaurido as reservas financeiras da universidade, que eram de 4 bilhões de reais, gastos em obras de caráter duvidoso e em premiações aos não grevistas. O candidato de Rodas perdeu a votação entre os professores. A indicação de Zago corresponde à maioria da burocracia autoritária que governa a universidade. Evidência disso já tinha sido a consulta realizada antes da votação, em que Zago venceu entre os professores e perdeu entre os funcionários, que mostraram preferir o candidato de Rodas.

- A escolha de Zago corresponde à derrota do movimento estudantil, que se levantou no ano passado exigindo democracia na universidade, tendo ocupado a reitoria, realizado uma greve em mais de 60 cursos e aprovado nas primeiras assembleias a bandeira do governo tripartite subordinado à assembleia geral universi-

tária e dissolução do Conselho Universitário. Isto apesar da direção do DCE ter conseguido manobrar para levar à frente apenas as suas bandeiras conciliadoras de diretas paritárias para reitor e estatuinte já. A reitoria, com o recuo da direção do movimento, manobrou com uma negociação fajuta e impôs um termo de acordo (nunca aprovado em assembleia estudantil) que continha apenas a reiteração de promessas que vinha fazendo há anos, e a afirmação da repressão sobre o movimento. A política da direção estudantil levou uma grande mobilização a um beco sem saída, e assistiu passiva à realização da votação da lista tríplice, sem nenhuma reação.

O que Zago promete

Zago enfatiza em seu discurso a necessidade de maior “diálogo” com os estudantes. Mas, ao mesmo tempo, reafirma as políticas que têm levado aos choques e conflitos entre a maioria que estuda e trabalha e a burocracia autoritária que governa a USP: a política privatista, elitista, de precarização, meritocrática e racista que tem sido aplicada na universidade.

Zago tem afirmado que é favorável às parcerias com o setor privado, às fundações etc. A privatização é um câncer na universidade, que leva a que seus recursos sejam desviados em benefício de uma parcela dos professores, se destrua seu caráter público e se aumente seu caráter excludente. É esse o sentido do ensino a distância, defendido pela casta burocrática privatista. A política privatista ataca as condições de vida e trabalho dos funcionários (e consequentemente o ensino, a pesquisa e a permanência estudantil) por meio das terceirizações e precarização do trabalho.

Zago tem afirmado que o caráter meritocrático deve ser aprofundado. A meritocracia é o embrulho ideológico para sustentar o elitismo, o autoritarismo e a exclusão da maioria. Deriva da concepção de universidade de excelência, de elite, para poucos. Na verdade, sustenta a universidade para a burguesia e sob seu controle. A meritocracia serve à manutenção e reprodução da casta burocrática que governa a universidade em benefício dos capitalistas e seus governos.

Zago tem reafirmado as críticas ao ex-reitor/interventor Rodas, no sentido de ter gastado muito dinheiro e esvaziado os cofres da USP. Por trás desse discurso, vem aí uma política de contenção de despesas, que incluirá arrocho salarial sobre funcionários e professores, e cortes de recursos para ensino e permanência estudantil.

Zago tem afirmado que manterá os chamados programas de inclusão social da USP. No ano passado, em resposta à aprovação da lei de cotas federal, as universidades paulistas tentaram implantar um programa de cotas racista (Pimesp), que colocava a juventude negra numa escola intermediária entre o ensino médio e o superior e exigia nota sete para o prosseguimento dos estudos. Esse programa fracassou, mas a USP não se submete a nenhuma lei de cotas. O racismo continua a prevalecer na USP.

A resposta do movimento estudantil – é preciso:

- 1) Não legitimar a nomeação do reitor pelo governo e pela casta burocrática autoritária. Unir todas as mobilizações ao redor da luta pela destruição do poder autoritário e pelo poder dos que estudam e trabalham na universidade: governo tripartite, eleito por voto universal, mandato revogável e subordinado à assembleia geral universitária. Essa é a bandeira que corresponde ao choque entre as necessidades mais sentidas pelos estudantes e a intransigência da burocracia e do governo.
- 2) Retomar as mobilizações contra o privatismo na uni-

versidade: rechaçar as fundações, as terceirizações, a precarização do trabalho. Exigir o atendimento das reivindicações de estudantes, professores e funcionários que correspondam à defesa do ensino público e gratuito: contratação de todos os professores necessários, garantia de moradia, transporte, alimentação e atendimento médico (permanência estudantil), fim do ensino a distância, abertura da universidade à população assalariada etc. Projetar a luta contra o privatismo e pelo ensino público e gratuito para fora da universidade, colocando-a como de unidade da juventude: educação a todos em todos os níveis, expropriação da

rede privada sob controle dos que estudam e trabalham; trabalho e lazer para toda a juventude (jornada de 4 horas de trabalho e o restante para estudo e lazer).

3) Combater a meritocracia em todos os níveis: vagas para todos nas disciplinas e habilitações desejadas (fim dos ranqueamentos etc.), iniciação científica disponível a todos que se interessem, vagas de moradia e de alimentação a todos, salário igual para trabalho igual, não à progressão salarial por meio de avaliações e concursos, etc.

4) Defender as condições de trabalho dos funcionários e professores. Salários suficientes para uma vida digna a todos, reajuste automático de acordo com a inflação, aposentadoria integral, fim das avaliações punitivas.

5) Nós não defendemos que as cotas sejam a solução para a exclusão da maioria negra e pobre

da universidade. Para nós, somente a conquista das vagas para todos em todos os níveis, que tem como passo necessário a expropriação da rede privada sob controle dos que estudam e trabalham, é que é capaz de levar a maioria oprimida para o interior das universidades. Mas nos colocamos ao lado dos movimentos negros que se chocam contra os governos ao redor da aplicação de leis de cotas. Que se apliquem as cotas na USP, de acordo com o reivindicado pelos movimentos, contra o racismo do governo do PSDB.

Adquira com o distribuidor deste jornal

A luta dos estudantes da USP em 2013:

Só o Governo Tripartite expressa a real democracia e autonomia universitárias



Partido Operário Revolucionário  **MASSAS**

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Nesta edição:

- Ucrânia convulsionada:
Os explorados precisam se libertar da política nacionalista e da pró-imperialista
- Bolívia:
Demanda marítima boliviana ante o Tribunal de Haia: demagogia distractionista do governo
- Bolívia:
Mais demagogia para distrair o povo oprimido

Artigos das Seções

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



Ucrânia convulsionada: Os explorados precisam se libertar da política nacionalista e da pró-imperialista.



Os protestos na Ucrânia, em especial na Praça da Independência de Kiev, a capital do país, já duram mais de 70 dias. As manifestações tiveram início no final de novembro, após a decisão do governo de rejeitar o protocolo de adesão à UE e buscar aproximação com a Rússia. As violentas tentativas do governo de desocupar a praça da Independência de Kiev, em poder dos manifestantes que levantaram barricadas e mantêm-se acampados, assim como os prédios do governo, resultaram em

5 mortes e mais de 300 feridos. Nas últimas semanas, os protestos, impulsionados pela crise política e econômica, alcançaram tal envergadura que o presidente Viktor Ianukovitch teve de aceitar a demissão do governo de Mikola Azarov, revogar a lei que proibia manifestações de rua e convidar, sem sucesso, os partidos de oposição para formarem um governo de unidade nacional.

O que ocorre na Ucrânia?

A Ucrânia fez parte da antiga URSS, estado operário nascido da Revolução de Outubro. A tomada do poder pelos bolcheviques em 1917, no antigo Império dos Czares, resultou na expropriação da burguesia. A burocratização da URSS promovida pelo estalinismo levou a economia do país à ruína e sua posterior dissolução. A Ucrânia proclamou sua independência formal em 1991, e caiu sob a influência do imperialismo. O Partido Comunista (estalinista) foi retirado do poder e a economia estatal foi gradativamente desmontada. As relações de produção burguesas foram se implantando ao passo que os benefícios sociais foram sendo destruídos. Os ritmos da restauração capitalista se tornaram a principal causa dos conflitos entre as frações burguesas, que se reconstruíram, e a burocracia estatal que controlava, e ainda controla, boa parte do botim estatal. Em 2004, a disputa eleitoral entre o atual presidente Ianukovitch (pró-Rússia) e o opositor Viktor Yushchenko (pró-ocidente) desembocou num levante de massas contra a fraude eleitoral que terminou com a vitória deste último na chamada Revolução Laranja. Por trás dos agrupamentos liberalizantes que proclamavam a defesa da democracia burguesa na Ucrânia estavam os EUA e as potências europeias, interessados em alinhar o país aos seus ditames.

O imperialismo norte-americano e europeu necessitam submeter a economia ucraniana mais diretamente. Não toleram qualquer traço de nacionalismo nos governos estruturados no país desde a década de 1990. Não foge ao horizonte imperialista, igualmente, a submissão da Rússia, o controle direto de seu mercado, de suas fontes de matérias primas etc. Para isso, precisam enfraquecê-la, isolá-la, o que pressupõe eliminar a sua influência sobre as antigas repúblicas soviéticas. Ocorre, porém, que a história política dos países da ex-URSS, incluindo a Ucrânia, não tem sido outra senão a da alternância no poder de forças pró-imperialistas e nacionalistas. É sobre a vitória destas últimas que repousa a política chauvinista do Kremlim para furar o cerco arquitetado pelo capital internacional.

Os atuais protestos refletem, certamente, a crise econômica e política nacionais. Mas, além destas, refletem também o jogo de interesses destas duas forças em conflito. Os EUA e a UE querem a restauração capitalista completa; o que só poderá ocorrer pela via da vassalagem da Ucrânia ao euro e às diretrizes da Alemanha/França no bloco europeu e por cima destes aos interesses estadunidenses. A Rússia, por sua vez, tem feito investimentos bilionários no ramo energético no país e criado um bloco econômico com Cazaquistão e Bielorrússia (A União Econômica Euroasiática, que entrará em vigor em 2015) para o qual a entrada da Ucrâ-

nia é vital.

Para onde vai a crise ucraniana: oposição e governo

Os protestos na Ucrânia têm dividido o país. Parte das massas é arrastada pela oposição pró-imperialista, outra parte pelo governo nacionalista (todas são pró-capitalistas). Os partidos de oposição Udar (Murro), do ex-campeão mundial de boxe Vitali Klitschko, o Svoboda (Liberdade) de Oleg Tiagnibok e o Batkivshchina (Partido da Pátria) de Arseni Iatsneniuk, que dirigem as manifestações, reivindicam uma nova Constituição que retire os poderes do Presidente e os repasse ao Parlamento, antecipação das eleições presidenciais e legislativas e a libertação dos presos políticos (entre os quais a multimilionária Yulia Tymoshenko, ex-primeira ministra e fundadora do Batkivshchina, fiel representante da burguesia ucraniana e do imperialismo). Seu programa, portanto, é o de criar as condições para o maior domínio do capital financeiro. Seus métodos são o de revestir o legítimo descontentamento das massas com promessas de melhorias econômicas ingressando na União Europeia. As direções nacionalistas e pró-imperialistas se valem da disposição das massas recorrerem ao seu método de ação direta. Apóiam-se nos conflitos étnicos ucranianos para alcançar seus objetivos. Não casualmente, no oeste do país, onde predominam etnias europeias e ucraniana, reúnem maior força. Nas cidades de Poltava, Lvov, Chernivtsi, Sumy, Cernivci, Vinnycja, Rivne, Lutsk, Ternopil, Leopoli e Chernivtsi mantêm sob seu controle prédios governamentais e repartições públicas. Na região leste da Ucrânia, onde predomina a maioria eslava e russa, (Karkhov, Sebastopol, Donetsk, Zitomir, Dnipropetrovsk e Odessa), o governo controlou a situação até o final de janeiro, quando começaram a surgir manifestações de rua e tentativas de ocupação de prédios da administração regional, reivindicando a demissão de governadores. O governo nacionalista tem dito que o caminho para o desenvolvimento econômico está na aliança com a Rússia, cita os bilhões de rublos investidos no país pela Gazprom, a gigante estatal russa do petróleo, a venda de combustível a preços subsidiados etc. A princípio, reagiu diante da oposição, e especialmente dos manifestantes, com os métodos militares tradicionais: violência policial, proibição de protestos de rua, prisões, assassinatos de ativistas (5 deles apenas no dia 22 de janeiro). Toda esta ação, porém, fracassou. A ocupação da Praça da Independência, em Kiev, foi mantida. A pressão do Imperialismo ameaçando retaliações econômicas e sanções comerciais, aliadas às ações de massas levou o governo a recuar e fazer concessões, incluindo a demissão do governo do primeiro-

ministro Mikola Azarov, no poder desde 2010. Diante do impasse, o imperialismo não pensará duas vezes em estimular a guerra civil se esta se tornar a condição para sua vitória. O Partido das Regiões do presidente Viktor Ianukovitch, que tem maioria no Parlamento e o falido Partido Comunista, também no governo, por um lado são impotentes para travar o combate contra o imperialismo e, por outro, de manter a independência diante da Rússia.

A ausência da política independente do proletariado

A Ucrânia vive um segundo levante de massas desde a desintegração da URSS. Os explorados em geral, e o proletariado em particular, não participam dos acontecimentos com uma política própria e independente. O governo Ianukovitch, tanto quanto os partidos oposicionistas, são defensores da grande propriedade privada burguesa e do capitalismo. Não há saída para a classe operária, a juventude oprimida e os pobres do campo seguindo uma ou outra destas frações. Essa situação se deve à degeneração do Estado Operário e a destruição do partido comunista pelo estalinismo nacional socialista. As massas ucranianas seguem ou os restauracionistas pró-imperialistas ou os restauracio-

nistas nacionalistas. Essa é a herança deixada pelo estalinismo contrarrevolucionário que abandonou os fundamentos marxistas da autodeterminação dos povos e fim de qualquer opressão nacional.

A completa desorientação dos oprimidos, a defesa de bandeiras burguesas, o apoio a partidos e organizações completamente estranhos aos seus interesses mostram o quão criminoso foi a obra da burocracia estalinista na região. A situação exige a defesa de um programa de autodeterminação da Ucrânia. A sua constituição em república burguesa não fez senão livrá-la formalmente da opressão nacional russa. E agora uma das frações que procura reconstituir a burguesia trabalha por subordiná-la ao imperialismo europeu e norte-americano. O programa da autodeterminação da Ucrânia somente poderá ser levantado por um partido marxista-leninista-trotskista, que no momento não existe. Essa é a tragédia ucraniana. Não haverá nenhuma solução favorável aos explorados sob as frações capitalistas em disputa. Esse prognóstico deve ser o guia do proletariado. A tarefa que se coloca para a vanguarda que desperta nesse conflito e que não se sujeita nem as posições pró-imperialistas, nem as nacionalistas, é a de construir o partido revolucionário, como parte da reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista, IV Internacional.

Bolívia

Demanda marítima boliviana ante o Tribunal de Haia: demagogia distracionista do governo

O governo, os ex-chanceleres, os politólogos e os “experts” em política exterior dizem que a determinação da Corte de Haia no conflito entre Peru e Chile por seus limites marítimos fortalece a demanda marítima apresentada pela Bolívia diante desse tribunal. Espera-se que este “obrigue” (como?) o Chile a negociar uma saída ao mar para a Bolívia com soberania. O objetivo é despertar ilusões no povo boliviano sobre uma solução diplomática ao nosso enclausuramento como isca demagógica para distrair a atenção dos explorados sobre a realidade do país e seus problemas.

Bolívia, por seu tremendo atraso econômico que se traduz em debilidade política, diplomática e militar diante do Chile não tem a menor possibilidade de reivindicar seu direito de acesso ao mar pela via da força. No campo diplomático, dentro da ordem mundial capitalista, em que primam os interesses econômicos dos mais fortes, não há tribunal no mundo que obrigue o Chile a outorgar uma saída soberana ao mar à Bolívia.

Enquanto isso, o famoso Tribunal de Haia acaba de ditar sua sentença contra a Bolívia na demanda da empresa elétrica britânica Rulec pela “nacionalização” de 50% da hidroelétrica Guaracachi, fixando um montante de indenização de 28,9 milhões de dólares. Como esta, Bolívia enfrenta oito demandas de empresas transnacionais por milionárias indenizações pela compra (“nacionalização” segundo o governo) de suas ações. O Tribunal de Haia é um instrumento de defesa dos interesses das grandes empresas transnacionais e, nos conflitos entre países, sempre busca uma saída “salomônica” que proteja os interesses do mais forte.

O problema de nosso enclausuramento, junto com as grandes tarefas cujas soluções se encontram pendentes, passa para as mãos do proletariado, no marco da luta continental dos explorados pelos Estados Unidos Socialistas da América Latina que imporá a necessidade de cooperação entre os povos para superar o atraso e combater o imperialismo.

Mais demagogia para distrair o povo oprimido

A sentença do Tribunal de Haia favorece as aspirações de um acesso soberano da Bolívia ao mar?

O problema do enclausuramento marítimo da Bolívia sempre foi utilizado pelos governos da incapaz burguesia nativa apenas como chamariz demagógico para distrair a atenção dos explorados sobre a realidade do país e seus problemas. O governo do MAS não é exceção.

A sentença do Tribunal Internacional de Haia, “favorável” ao Peru em sua demanda sobre seus limites marítimos com o Chile, desatou uma frenética discussão pelos meios de imprensa de politólogos e supostos experts diplomáticos sobre se esta determinação é favorável à aspiração boliviana de acesso soberano ao Oceano Pacífico. Uma reunião das altas esferas entre o Presidente Morales e ex-chanceleres considera que a sentença favorece a Bolívia e que, em consequência, não se deve levantar a demanda marítima ante Haia.

A guerra do Pacífico esteve alentada pelos capitalistas ingleses através do Chile e ainda que se declame que a guerra não dá direitos, a verdade é que, sim, impõe direitos do vencedor sobre o vencido. Toda a história da humanidade, marcada por cruentas guerras, compra essa constatação.

Bolívia, por seu tremendo atraso econômico, que se traduz em debilidade política, diplomática e militar diante do Chile, não tem a menor possibilidade de reivindicar seu direito de acesso ao mar pela via da força e, no marco da ordem mundial capitalista, na qual têm primazia os interesses econômicos dos mais fortes, é impossível que consiga diplomaticamente que o Chile outorgue uma saída soberana ao mar à Bolívia.

Bolívia perdeu sua melhor oportunidade de conquistar acesso ao mar por Arica e Tacna em 1895. Em 1891, no norte chileno, estourou uma guerra civil contra o governo do Presidente Balmaceda. As forças da Junta Revolucionária de Iquique desembarcaram na zona central derrotando as forças de Balmaceda e se constituiu um novo governo dirigido pelo almirante Jorge Montt. O governo boliviano, presidido pelo industrial mineiro Aniceto Arce, apoiou decididamente os insurrectos e reconheceu a Junta Revolucionária de Iquique. Fruto disso, foram os tratados de Maio de 1895 durante o governo de Mariano Baptista, pelos quais o Chile estava disposto a ceder à Bolívia os portos de Arica e Tacna. Os liberais, com um patrio-

terismo radical, rechaçaram estes tratados e, quando chegaram ao poder, se converteram em pragmáticos, firmando o acordo de 1904 que cede perpetuamente todos os territórios arrebatados pelo Chile na guerra, sem acesso soberano ao mar.

No caso da sentença do Tribunal de Haia sobre os limites marítimos entre Peru e Chile, não existia um acordo sobre limites como é caso boliviano. O tribunal em sua sentença cuidou muito bem para não afetar os interesses econômicos do Chile e das transnacionais que operam no mar de jurisdição chilena, respeitando a linha do paralelo que parte do limite continental costeiro entre ambos países até as 80 milhas, que é a zona economicamente ativa, e recém, a partir dessa distância outorga, sobre a diagonal sudoeste até as 200 milhas, águas marítimas ao Peru. Assim protege os interesses econômicos das transnacionais pesqueiras que operam no mar chileno e concedem ao Peru a satisfação de haver “ganhado” algo.

No caso boliviano, existe o Tratado de 1904 que é impossível que o Tribunal de Haia desconheça. A demanda boliviana apenas consiste em solicitar ao tribunal de Haia que “obrigue” o Chile a negociar uma saída soberana ao mar para a Bolívia.

No melhor dos casos será uma recomendação que não obriga a Chile a ceder nada, menos ainda quando envolve territórios que foram do Peru. Em resumo, a demanda boliviana não tem nem pé nem cabeça, é pura demagogia. A sentença de Haia sobre os limites marítimos entre Peru e Chile não tem nada a ver com a demanda do governo do MAS. Passarão anos até que se reconheça a sentença do Tribunal de Haia e à Bolívia custará uma fortuna que bem poderia servir para atender outras necessidades urgentes no país.

A burguesia não tem capacidade para resolver o problema da mediterraneidade. Junto com as grandes tarefas que se encontram pendentes de solução, esta passa às mãos do proletariado, no marco da luta continental dos explorados em defesa dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, que imporá a necessidade da cooperação entre os povos para superar o atraso e combater o imperialismo.

Enquanto isso, o famoso Tribunal de Haia acaba de ditar sua sentença contra a Bolívia na demanda da empresa eléctrica britânica Rulec pela “nacionalização” de 50% da hidroeléctrica Guaracachi, fixando um montante de indenização de 28,9 milhões de dólares.